

# Vini é condenado na Justiça por divulgar fake news contra Conti

Defesa do vereador informou que respeita decisão, mas que irá recorrer em 2ª instância

Câmara Municipal de Campinas

Por Raquel Valli

O vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) foi condenado nesta quinta-feira (23) pela Justiça a pagar uma indenização de R\$ 10 mil por danos morais à vereadora Mariana Conti (PSol-SP) por divulgar informações falsas de que a parlamentar teria traficado drogas durante a viagem que ela fez rumo à Faixa de Gaza em 2025.

Além disso, foi condenado a fazer uma retratação pública nas redes sociais e a remover definitivamente o conteúdo divulgado acusando-a de tráfico. O vereador tem o prazo de 48 horas para fazê-lo. A defesa do vereador informou que respeita a sentença do Juizado Especial Cível da Comarca de Campinas, mas que irá recorrer em segunda instância (leia mais abaixo).

## Relembre o caso

Em agosto de 2025, Conti se licenciou da Câmara por cerca de dois meses para compor a delegação brasileira da Global Sumud Flotilla, que reúne embarcações com ativistas do mundo todo a fim de quebrar o cerco de Israel sobre o território palestino e entregar alimentos, medicamentos e outros itens essenciais.

## Processo

A ação cível movida pela vereadora foi motivada por um vídeo publicado em 6 de outo-



Vereador Vini Oliveira (Cidadania) acusou a vereadora Mariana Conti (PSol-SP) de tráfico de drogas

bro de 2025 nas redes sociais do vereador com os seguintes dizeres: “Drogas são encontradas em Flotilha com a vereadora Mariana Conti, que tentava chegar a Gaza”.

De acordo com a sentença judicial, o intuito da postagem foi atentar contra a honra da parlamentar e, com isso, gerar engajamento, extrapolando os limites da liberdade de expressão.

“Foram ditas muitas mentiras durante a Flotilha. Uma delas foi que eu estaria usando dinheiro público para ir à missão, o que pode ser facilmente refutado ao verificar toda a documentação do meu afastamento da Câmara. Toda a viagem foi custeada com meu próprio dinheiro. Não recebi um centavo do recurso público enquanto estive fora”, declara Conti.

“A mentira espalhada pelo Vini foi ainda mais grave, porque ele afirmou que drogas teriam sido encontradas nos barcos e, da forma como publicou, fez parecer que estaria cometendo tráfico internacional. Nós passamos por inspeções rigorosas ao entrar e sair de vários lugares da Europa, como em Barcelona (Espanha). Afirmar que havia drogas nos barcos é, além de um sério ataque

à Flotilha, uma descredibilização das políticas de fiscalização desses países”, complementa. A internet não é terra sem lei, e é preciso que as pessoas sejam responsabilizadas por aquilo que postam”.

## O outro lado

A defesa do vereador “sustenta que o conteúdo integral divulgado à época apresentava ressalva expressa e não continha afirmação categórica de atribuição de conduta ilícita à requerente”.

Entende “que há aspectos relevantes do conteúdo completo e de seu contexto que merecem reavaliação pelo órgão colegiado competente, motivo pelo qual será interposto o recurso cabível dentro do prazo legal previsto para os Juizados Especiais”.

## Global Sumud Flotilla

Constitui uma iniciativa civil internacional organizada para romper o bloqueio naval na Faixa de Gaza e fornecer ajuda humanitária. Reúne coalizões como a Freedom Flotilla e participantes de dezenas de países em embarcações civis desarmadas.

Este mês, a missão mobilizou mais de 70 barcos e 3 mil voluntários, incluindo profissionais de saúde, para levar suprimentos médicos e alimentos. Informa que o objetivo da ação busca é estabelecer um corredor marítimo, denunciar a crise humanitária e reafirmar a solidariedade global.

# Dário e consórcio se manifestam após denúncia

Prefeitura de Campinas

Da Redação

O prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) declarou por meio de redes sociais a inexistência de irregularidades no processo licitatório do transporte público de Campinas, embora exista uma investigação em curso sobre o certame (leia mais abaixo). “Muita gente aproveita momentos como esse para espalhar mentiras, mas estamos aqui para garantir o funcionamento do transporte e renovar a frota”, declarou.

O chefe do Executivo defendeu o prolongamento dos contratos com as atuais empresas de ônibus - a proposta partiu da Prefeitura e obteve aprovação dos vereadores em dois turnos de votação. “Sem essa prorrogação, nós não teríamos tempo de fazer a transição. Correríamos o risco de interromper o sistema de trans-

porte em Campinas e prejudicar milhares de pessoas”, disse.

O prefeito se pronunciou após o Ministério Público de São Paulo (MPSP) iniciar uma análise sobre a licitação de R\$ 11 bilhões, que define o transporte pelos próximos 20 anos.

O MP e o Tribunal de Contas de São Paulo receberam uma denúncia que solicita investigação sobre aumentos de capital desproporcionais e ligações indiretas entre sócios, além de sedes compartilhadas.

O documento reivindica a interrupção do registro do grupo vencedor junto à Prefeitura. O Ministério Público abriu apuração. Já o Tribunal de Contas decidiu não paralisar as etapas da licitação e encaminhou os dados para o Ministério Público de Contas realizar o parecer técnico.

De acordo com a denúncia, há falhas na criação do Consórcio

Grande Campinas, que venceu a disputa do Lote Norte. O documento cita que empresas aumentaram o capital social pouco antes do leilão e que possuem ligações indiretas entre sócios, além de utilizarem os mesmos endereços.

O consórcio emitiu nota oficial para rebater as acusações. Declarou que todas as mudanças feitas nos contratos seguem a lei, que foram aprovadas pela Junta Comercial de São Paulo, e que as informações sobre o dinheiro e os bens das empresas foram conferidas pela Bolsa de Valores durante a avaliação feita para a Prefeitura. Afirmou ainda que não foi notificado pelo Ministério Público ou por outros fiscalizadores, mas que dará todas as explicações necessárias, caso solicitadas. Por fim, reforçou que pretende investir em ônibus novos como apregoado o edital.



Dário Saadi (Republicanos-SP) na Bolsa de Valores em São Paulo